

Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social – ASCOM

Destaque: (em negrito) Matérias que citam o Ministro Bento Albuquerque ou o MME:

Sumário

VEÍCULO: Valor Econômico.....	2
Título: Bolsonaro vai à China e tenta apagar retórica hostil da campanha.....	2
Título: NE discute efeito de vazamento de óleo no turismo.....	4
Título: Pagamento por cessão onerosa será adiado	5
Título: Estatais, inovações e medo.....	6
Título: Copel investe na modernização da rede.....	8
Título: Aneel deixa de aplicar arredondamento na bandeira tarifária	10
Título: Curtas	11
Título: Vendas de minério devem impulsionar resultado da Vale.....	12
Título: Rio Tinto anuncia descoberta de lítio na Califórnia	14
Título: Projeto da EDP une montadoras, fornecedores e pesquisadores	16
VEÍCULO: O Estado de S. Paulo	18
Título: Aneel reduz tarifa da EDP São Paulo em 5,33.....	18
Título: » Tá quente.	18
Título: Com reforma, Bolsa chega a 107 mil pontos	19
Título: Águas turvas.....	20
Título: Surpresa iminente no PIB.....	21
Título: ‘O vazamento é um bombardeio contra o Estado brasileiro’	23
Título: Plano de emergência foi oficializado 41 dias após 1º alerta	25
Título: Lacuna de satélite trava investigação sobre óleo	26
Título: A volta incerta de tartarugas ao mar	28
Título: Amazônia e litoral do Nordeste, hora de mudar	29
VEÍCULO: Folha de S. Paulo	31

Título: Petroleiros anunciam greve a partir de sábado.....	31
Título: Tomada	31
Título: Marinha investiga 30 navios e 'dark ships'	32
Título: Ministro diz que uso do Exército não parecia necessário.....	33
Título: Óleo chega a praias de Morro de São Paulo, na Bahia	35
VEÍCULO: O Globo.....	37
Título: Marinha divide investigação para achar culpados.....	37
VEÍCULO: Correio Braziliense.....	39
Título: Preço do gás pode subir até 5,3%.....	39
Título: Combustíveis sustentáveis na fila de embarque	40

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 23/10/2019

Seção: Brasil

Autor: Maria Cristina Fernandes — De Pequim

Título: Bolsonaro vai à China e tenta apagar retórica hostil da campanha

O presidente Jair Bolsonaro chega hoje à China para uma visita de Estado em que será recebido, separadamente, pelas três principais lideranças políticas do país, o presidente da República e secretário-geral do Partido Comunista, Xi Jinping, o primeiro-ministro, Li Keqiang, e o presidente da Assembleia Nacional Popular, Li Zhanshu.

É o sétimo presidente brasileiro a visitar a China. João Figueiredo, José Sarney, Fernando Henrique Cardoso, Luiz Inácio Lula da Silva, Dilma Rousseff e Michel Temer, o fizeram antes. João Goulart ainda era vice-presidente quando esteve na China em 1961 e apenas no caminho de volta foi informado que, após a renúncia de Jânio Quadros, desembarcaria como presidente.

A expectativa de empresários, governadores em tratativas para levar investimentos chineses em seus Estados e setores do governo envolvidos nas reuniões interministeriais ocorridas desde o convite, no início do ano, é de que a

visita reflita o peso da relação estratégica do país para a economia brasileira. A China é o principal destino das exportações brasileiras. Este ano, até setembro, o Brasil acumula superávit de US\$ 19,5 bi com a China. Já o Brasil é o quarto maior destino para os produtos chineses.

O esforço agora é para que a retórica contrária à China da campanha eleitoral seja tratada como nota pé de página numa relação que tem na aproximação entre o Programa de Parceria Estratégica do Brasil (PPI) com a Iniciativa Cinturão e Rota, BRI, na sigla em inglês para o ambicioso projeto chinês de infraestrutura e tecnologia.

No dia de sua chegada a Pequim, o único compromisso na agenda do presidente é um jantar a ser oferecido pelo presidente da Fiesp, Paulo Skaf. Na manhã do dia seguinte, depois de gravação ao vivo semanal no Facebook, o presidente abrirá um seminário empresarial promovido pela Apex, na companhia do vice-primeiro-ministro chinês, Hu Chunhua. O encontro com os dirigentes chineses acontecerá na tarde da sexta e, à noite, o presidente chinês oferece um jantar à comitiva brasileira.

No seminário empresarial, será exibida a trajetória de duas empresas, a chinesa State Grid e a brasileira WEG. A estatal chinesa de energia comprou a CPFL e tem, no Brasil, um terço de seus investimentos estrangeiros. Junto com a Three Gorges, também estatal, acumula investimentos de US\$ 1,7 bilhão no Brasil com 12 projetos.

Depois de uma fase, entre 2010 e 2013, em que os investimentos estiveram concentrados em mineração e petróleo e gás, em 2014 começou uma migração para a geração, transmissão e distribuição de energia. A retração nos investimentos ocorrida em 2018, em todos os setores, ainda não se reverteu.

A WEG chegou à China em 2004 para fabricar motores e componentes elétricos. Acaba de anunciar sua quarta fábrica no país e a primeira de automação industrial. A empresa já soma 2,2 mil funcionários no país asiático.

Não há previsão de anúncio de investimentos durante a visita. No encontro entre os dois presidentes e no seminário da Apex estão previstas assinaturas de atos e memorandos de entendimentos.

Um dos temas que mais frequentou o noticiário das relações bilaterais, a abertura do mercado brasileiro à tecnologia 5G, dominada pela China, não está no escopo dos atos porque cabe à Anatel a definição do edital de licitação para as operadoras interessadas em participar do leilão.

O Brasil tem a expectativa de avançar na diversificação das exportações agrícolas, hoje concentradas em soja, açúcar e carne. Um dos atos focará o

setor de frutas, área em que o fornecimento brasileiro é incipiente até mesmo em relação aos vizinhos. Chile, Peru, Argentina e Colômbia já têm mercado cativo na China para suas frutas.

Interlocutores envolvidos na negociação dessa pauta avaliam que a inconstância e as oscilações das vendas dificultam o incremento da exportação. Energia renovável e transportes são dois outros alvos dos atos que, até a véspera da visita ainda estavam em negociação.

No encontro da Apex, serão assinados memorandos de entendimento entre o governo do Espírito Santo e a Petrochina, a Potássio Brasil e a Citic chinesa, além de um acordo para treinamento recíproco de mão de obra.

Integram a comitiva os ministros Onyx Lorenzoni (Casa Civil), Teresa Cristina (Agricultura), **Bento Albuquerque (Minas e Energia)**, Osmar Terra (Cidadania), Ernesto Araújo (Relações Exteriores) e Heleno Ribeiro (GSI), além de três parlamentares, David Soares (DEM-SP), Fausto Pinato (PP-SP), Helio Lopes (PSL-RJ) e Marco Feliciano (Podemos-SP), e um governador, Gladson Cameli (AC).

O presidente embarca no sábado para a última etapa da viagem no Oriente Médio. Bolsonaro irá aos Emirados Árabes Unidos, Qatar e Arábia Saudita. O retorno para o Brasil está previsto para a quinta feira, 31 de outubro.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 23/10/2019

Seção: Brasil

Autor: Isadora Peron, Vandson Lima, Matheus Schuch e Marina Falcão — De Brasília e do Recife

Título: NE discute efeito de vazamento de óleo no turismo

Embarcação que navega de forma irregular é principal suspeita de desastre ambiental, segundo comandante da Marinha, Ilques Barbosa Junior

O ministro do Turismo, Marcelo Álvaro Antônio, afirmou que convocou uma reunião para hoje com secretários de Estados nordestinos e empresários para analisar o impacto no setor do derramamento de óleo que atinge a região.

“O governo federal está fazendo tudo que é possível para minimizar esse problema”, disse ontem em audiência no Senado para falar sobre a denúncia de que comandava um esquema de candidaturas laranjas no PSL de Minas Gerais.

De acordo com ele, o objetivo do encontro é “entender pontualmente” a situação de cada Estado e traçar uma “linha de atuação” para diminuir o impacto negativo do desastre ambiental.

Para o comandante da Marinha, Ilques Barbosa Junior, “o mais provável” é que o vazamento tenha sido causado por um “dark ship”, embarcação que navega de forma irregular, geralmente levando carga não autorizada. Porém, não descarta o envolvimento de um navio regular. Além de navios irregulares, os investigadores analisam 30 embarcações, de dez nacionalidades diferentes, que apresentam maior probabilidade de envolvimento no incidente.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 23/10/2019

Seção: Brasil

Autor: Murillo Camarotto — De Brasília

Título: Pagamento por cessão onerosa será adiado

Decisão atende a recomendação do TCU para evitar risco fiscal

O governo decidiu adiar o pagamento de US\$ 9,05 bilhões à Petrobras, referente à revisão do contrato de cessão onerosa do pré-sal. A medida foi anunciada na noite de ontem em edição extra do “Diário Oficial” da União. A decisão atende a um alerta feito pelo Tribunal de Contas da União (TCU), em relatório técnico que trata do novo contrato e que será submetido hoje ao plenário do órgão de controle.

Pelo o que estava previsto, a Petrobras receberia os US\$ 9,05 bilhões (R\$ 34 bilhões) no dia 27 de dezembro, quando era esperado o pagamento dos bônus de assinatura do leilão, no valor de cerca de R\$ 106 bilhões.

Apesar de detectar várias falhas no processo da cessão onerosa, o TCU decidiu aprovar com ressalvas o novo compromisso. A justificativa é de que um eventual cancelamento do leilão traria prejuízos maiores que os eventuais ganhos resultantes dos ajustes.

O ministro da Economia, Paulo Guedes, visitou alguns ministros do TCU ontem. Na saída, disse apenas que a visita teve o objetivo de esclarecer as últimas dúvidas em relação ao novo contrato da cessão onerosa.

VEÍCULO: Valor Econômico**Data: 23/10/2019****Seção: Opinião****Autor: Francisco Gaetani e Pedro Peixoto****Título: Estatais, inovações e medo**

O aguardado marco legal para licitações das empresas estatais trazido pela lei 13.303/2016 significou o (tardio) reconhecimento político de que diferentes órgãos da administração pública podem e devem obedecer a distintas lógicas. A expectativa era a de que sua publicação deflagraria uma cascata de inovações.

Numa dissertação de mestrado em que figuramos como orientador e orientado, verificamos, contudo, que está ocorrendo o contrário: inovações mínimas e retorno ao regramento da Lei 8.666/93 - a “Geni” da área de procurement.

A opção pelo retorno às regras de licitação já consolidadas foi consciente e deliberado: o mal conhecido

A pesquisa dissecou os regulamentos de licitações das estatais federais do setor financeiro (Basa, BB, BNB, BNDES, CEF, Finep) e também da Petrobras. A análise se deu sobre todos os artigos e parágrafos, classificando-os de acordo com o seu conteúdo em repetição legal, importação legal, procedimentos, reafirmação e inovação.

O resultado decepciona quem esperava inovações significativas decorrentes da liberdade normativa trazida pela lei 13.303/2016. Foram encontrados altos índices de repetição legal (o que não produz nenhum efeito jurídico), de procedimentos (que pode representar burocracia excessiva), e de importação legal, que exprime a reincorporação de disposições legais que a lei 13.303/2016 pretendeu afastar. Esses achados denotam uma caminhada na contramão do Estatuto, pois reaproximam as estatais da lógica da administração direta e não da iniciativa privada.

A pesquisa classificou como inovações as previsões regulamentares que estruturaram algum procedimento ou conceito jurídico inédito na legislação federal, e construiu um índice para medir a propensão à inovação das estatais. Os resultados também não foram animadores. Tanto o número absoluto de inovações quanto o índice construído colocam as estatais em posições bem desfavoráveis no quesito inovação.

O que explicaria o comportamento das estatais pesquisadas? Dentre as possíveis explicações quatro se destacam: omissão da direção, radicalização da aversão ao risco, déficit de capacidade de inovação e opção pelo mal conhecido.

A primeira explicação possível - omissão do corpo dirigente - tem seu fundamento na forma como este assunto é usualmente tratado nas corporações: apenas pela área responsável. Trata-se de um viés corporativo-cognitivo bastante frequente. Ninguém se mete na área do outro. No caso, a elaboração dos regulamentos de licitação provavelmente coube às áreas jurídicas - usualmente conhecidas como fonte de inibição à inovação. Contudo, quem mais teria a agregar seriam os setores técnicos vinculados ao core business da estatal. Nessa hipótese, ou não foram ouvidos, ou não foram contemplados.

A segunda possível explicação é criminalização da administração pública erigida no país nos últimos anos. A percepção generalizada - reiterada à exaustão pela mídia e atores políticos e ancorada em evidências localizadas - é que a corrupção absoluta impera. Este não seria, portanto, o momento mais apropriado para experimentações nas licitações, notadamente pela forma e intensidade do desembarque dos órgãos de controle nas estatais. Se errar na administração pública é um passaporte para o purgatório, errar numa licitação é um bilhete só de ida para os nove infernos de Dante. Nesta conjuntura, as direções e o corpo técnico destas organizações teriam feito uma opção deliberada por não explorarem as opções de inovação trazidas pela Lei 13.303/2016. Na dúvida, “melhor não...”, “é o meu CPF”.

A terceira hipótese é talvez a mais desafiadora: a incapacidade de inovar. Estatais são instituições sofisticadas institucional e tecnologicamente, porém são também conservadoras nas suas formas de condução dos negócios, fortemente reguladas por organismos multilaterais (Basileia) e nacionais (ex: TCU, Banco Central, CVM). Ampliar as possibilidades das contratações demandaria investimento em boas práticas internacionais e experimentações, atividades com as quais nossos bancos estatais simplesmente não estão acostumados. Não funcionam assim.

Não importa se o cavalo arriado está passando. Estes bancos não estão ligados nesta alternativa. Não vinculam o regime de contratações às suas operações e não o enxergam como estratégico para o êxito de seus negócios. Assim, por que deveriam investir na capacidade de inovação em um segmento “administrativo” cujo impacto no balanço não é percebido como significativo e cuja conexão com as áreas de negócios não é tida como estratégica? Nessa visão, por não afetar o core business, não se justifica a canalização de esforços de inovação nas licitações - o contraste aqui com as expectativas produzidas pelo marco legal na área de ciência e tecnologia é brutal.

A quarta e última hipótese é a de que a opção pelo retorno às regras de licitação já consolidadas foi consciente e deliberado: o mal conhecido. Neste caso, a segurança proporcionada pela familiaridade seria razão mais do que suficiente para evitar inovações. Assim sendo, os achados da pesquisa não seriam nada mais do que a constatação de uma realidade, mas levariam a análise dos porquês para uma esfera mais profunda.

O fato da pesquisa ter sido limitada ao setor financeiro (e Petrobras) implica cuidados com generalizações. Seus achados induzem debates mais amplos, relacionados ao papel das estatais e sua capacidade de internalizarem o princípio da eficiência no desempenho de seu duplo papel, público e privado, bem como à atuação dos órgãos de controle. O desperdício das possibilidades de inovação nas licitações sugere uma reflexão mais aprofundada sobre o que (não) está ocorrendo na administração pública.

Francisco Gaetani é professor da Ebape/FGV e ex-secretário executivo do Ministério do Meio Ambiente e do Planejamento.

Pedro Ivo Peixoto é mestre pela Ebape/FGV e advogado do BNDES.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 23/10/2019

Seção: Empresas

Autor: Rodrigo Polito — Do Rio

Título: Copel investe na modernização da rede

No sentido inverso de outras elétricas estatais estaduais, que estão sendo preparadas para a privatização, a paranaense Copel vai aumentar os investimentos para os próximos anos. Na área de distribuição, o objetivo é aprimorar a infraestrutura de energia para atender futuros empreendimentos no Estado, onde, somente neste ano, já foram anunciados investimentos privados de R\$ 17,4 bilhões.

Nessa linha, a Copel aprovou na última semana, um plano de modernização de sua rede de distribuição, chamado “Programa Transformação” com investimentos de R\$ 2,9 bilhões até 2025. Segundo o presidente da elétrica, Daniel Slaviero, essa cifra não representa todo o plano de investimento da empresa para os próximos seis anos (por exemplo, apenas em 2018, a empresa investiu R\$ 2,8 bilhões, dos quais R\$ 696 bilhões em distribuição). No entanto,

explicou ele, a iniciativa será a “espinha dorsal” dos investimentos em distribuição de energia no período.

A estratégia da Copel, com o novo plano de investimentos, é melhorar a qualidade do serviço de energia, reduzir custos de operação e manutenção e, ao mesmo tempo, ampliar a base de remuneração de ativos, às vésperas da próxima revisão tarifária, em meados de junho, o que assegurará uma melhor tarifa a empresa elétrica.

Um dos projetos desse novo pacote de investimentos será a implementação da tecnologia de redes inteligentes no Paraná. A empresa espera atender cerca de 20% de sua base de clientes, de 4,6 milhões de unidades, com smart grid até 2023. “Vamos levar smart grid, de 2020 a 2023, de 5 mil para 890 mil unidades consumidoras. Ou seja, até o momento será o projeto de smart grid mais arrojado do Brasil”, afirmou Slaviero ao **Valor**.

No aspecto operacional, o programa da Copel prevê a construção de 25 mil quilômetros de nova rede de distribuição no Estado. Além disso, a empresa espera uma melhoria da ordem de 35% dos indicadores de interrupções de energia até meados de 2021.

A companhia fechou 2018 com índice de duração equivalente de interrupção por unidade consumidora (DEC) de 10,29 horas. O montante ficou dentro do estabelecido pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), de 11,23 horas. “O nosso DEC está pouco acima de dois dígitos. Com a revisão tarifária [em junho de 2021], a nossa expectativa é que isso caia significativamente. Não damos ‘guidance’ disso, mas esperamos que caia em 35%”, disse Slaviero.

Com relação ao índice de frequência equivalente de interrupção por unidade consumidora (FEC), a expectativa da empresa é que ele também apresente melhora. O FEC da Copel em 2018 foi de 6,20 vezes, volume dentro do estabelecido pela agência elétrica, de 8,24 vezes.

A divisão dos desembolsos do programa não será linear. Em 2020, por exemplo, está previsto um investimento de maior peso, justamente por estar às vésperas da próxima revisão tarifária. Em 2021, o investimento deverá ser menor para, em seguida, ter uma nova curva crescente, até a próxima revisão quinquenal.

De acordo com o executivo, a Copel já possui os recursos necessários para os investimentos em 2020. Para os anos seguintes, a ideia é emitir debêntures incentivadas de infraestrutura, isentas de imposto de renda para os investidores

peças físicas. “A grande maioria dele [do investimento] vai ser através de debêntures incentivadas. Nós vamos buscar um financiamento, até porque hoje o custo de captação com a queda dos juros caiu significativamente”, afirmou Slaviero.

Segundo o executivo, a premissa é que todos os investimentos sejam reconhecidos como prudentes pela Aneel, ou seja, que eles passem a fazer parte da base de remuneração de ativos da distribuidora da Copel, para efeito do cálculo da revisão tarifária.

“A nossa base é de R\$ 4,9 bilhões. Já para este próximo ciclo tarifário, vamos ter um crescimento significativo [da base]. E no próximo ciclo, também, a nossa base vai dar um salto exponencial”, completou o executivo.

De acordo com Slaviero, a iniciativa faz parte da estratégia do grupo de melhorar seu desempenho. Ele acrescentou que a Copel deve reportar, no terceiro trimestre, “pela primeira vez na história recente da companhia” um Ebitda superior ao Ebitda regulatório estabelecido pela Aneel.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 23/10/2019

Seção: Empresas

Autor: Rafael Bitencourt — De Brasília

Título: Aneel deixa de aplicar arredondamento na bandeira tarifária

Medida valerá a partir de novembro

A diretoria da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) decidiu ontem não aplicar mais o arredondamento dos valores adicionais cobrados no sistema de bandeiras tarifárias. A medida valerá a partir de novembro.

A mudança de critério veio em resposta à demanda de deputados federais da Comissão de Minas e Energia (CME), da Câmara dos Deputados. Conforme o **Valor** havia noticiado no dia 9 deste mês, os parlamentares ameaçaram impor, por medida legislativa, o fim do arredondamento dos valores da bandeira tarifária.

A revisão dos adicionais das cores amarela e vermelha foi um compromisso assumido pelo diretor-geral da Aneel, André Pepitone da Nóbrega, com o deputado Joaquim Passarinho (PSD-PA). Para atender ao pedido dos integrantes da comissão com a máxima urgência, a diretoria da Aneel colocou a mudança para valer já a partir do próximo mês, em caráter extraordinário.

A regra deve ser aplicada de forma definitiva após audiência pública, também aprovada ontem, que colherá críticas e sugestões sobre o tema entre 23 de outubro a 9 de dezembro.

O valor adicional é cobrado nas cores de bandeira amarela e vermelha (patamar 1 e 2). No caso da amarela, a Aneel havia arredondado o valor para R\$ 1,50 a cada 100 kilowatts-hora (kWh) consumidos. A bandeira vermelha patamar 1 conta com o valor adicional arredondado para R\$ 4,00 a cada 100 kWh e a do patamar 2 para R\$ 6,00 a cada 100 kWh.

A partir de novembro, o adicional cobrado pela bandeira amarela passará para R\$ 1,343 a cada 100 kWh. Já a bandeira vermelha patamar 1 passará para R\$ 4,169 e a bandeira vermelha patamar 2 passará para R\$ 6,243 a cada 100 kWh consumidos.

O diretor da Aneel Sandoval Feitosa assegurou que o arredondamento não trazia qualquer prejuízo ao consumidor. “A incerteza do comportamental das variáveis é esperada e a metodologia empregada pelas superintendências visa mitigar os desvios que por ventura ocorrerem”, disse, durante a reunião pública da diretoria.

Em outubro, as contas de luz indicam a bandeira amarela. A cor de novembro deverá ser anunciada pela agência até o fim deste mês.

Há duas semanas, Passarinho havia afirmado que o arredondamento dos valores promovido pela Aneel geraria um aumento de R\$ 314 milhões na arrecadação da chamada Conta Bandeira, que acomoda os superávits ou déficits na arrecadação dos recursos.

O parlamentar alegava que havia a promessa de que, no ano que vem, a arrecadação excedente seria devolvida para a conta. “Alguém aceita pagar a mais no cartão de crédito e receber de volta só no ano que vem?”, questionou.

O sistema de bandeiras tarifárias serve para cobrir o aumento do custo da geração em períodos de baixa no nível dos reservatórios das hidrelétricas, quando são acionadas as usinas térmicas. Na bandeira verde não há cobrança de valor adicional.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 23/10/2019

Seção: Empresas

Autor:

Título: Curtas

Plano da Stemac

Os credores da Stemac, maior fabricante nacional de geradores, aprovaram o plano de recuperação judicial proposto pela empresa, quase um ano e meio depois do pedido para reestruturar mais de R\$ 700 milhões em dívidas. Do total devido, R\$ 440 milhões estão sujeitos ao processo. A Stemac propôs desconto de até 68%, com prazo de pagamento de até 13 anos e carência de até quatro anos, e a mudança das operações de Porto Alegre (RS), “a fim de obter maior eficiência operacional e melhor aproveitamento econômico dos imóveis”. A Stemac tem fábrica em Itumbiara (GO). Em nota, o advogado Renato Brandão, sócio do Felsberg Advogados, que assessora o grupo, disse que o plano está “baseado em premissas e fluxos condizentes com a realidade de mercado e geração de caixa para os próximos anos”. Os negócios da Stemac foram afetados pela crise econômica, em especial pela redução dos investimentos em infraestrutura e encolhimento do setor imobiliário.

Desempenho do aço

As compras de produtos siderúrgicos subiram 0,3% para 245,1 mil toneladas em setembro ante o mesmo mês do ano passado. No acumulado do ano, foram comprados 2,3 milhões de toneladas, o que representou queda de 3,1%. Os dados foram divulgados ontem pelo Instituto Nacional dos Distribuidores de Aço (Inda). As vendas de produtos siderúrgicos alcançaram 290 mil toneladas em setembro, alta de 12,5%. Já no acumulado do ano, foram vendidas 2,52 milhões de toneladas de aço, um aumento de 6,5% no comparativo com o mesmo período do ano passado. Com esse desempenho em setembro, os estoques de produtos siderúrgicos atingem 717,6 mil toneladas, o que equivale a 2,5 meses de vendas. As importações também apresentaram recuo no mês passado. Pelos dados, foram importadas 86,91 mil toneladas de aços planos em setembro, queda de 23,5%. No acumulado, o recuo foi de 10,5%, para 862,53 mil toneladas de aços planos.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 23/10/2019

Seção: Empresas

Autor: Francisco Góes — Do Rio

Título: Vendas de minério devem impulsionar resultado da Vale

Maiores volumes de vendas de minério de ferro devem garantir um bom resultado para a Vale no terceiro trimestre, apesar da expectativa do mercado

de realização de preços menor pela companhia no período em relação ao segundo trimestre de 2019. Consenso do **Valor** com projeções de onze bancos indica que a Vale deve garantir receita de US\$ 10,3 bilhões entre julho e setembro, com alta de 8,4% sobre o mesmo período do ano passado. O lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização (Ebitda) projetado fica, em média, em US\$ 4,9 bilhões, aumento de 14% sobre o terceiro trimestre de 2018. Já o lucro médio estimado é de US\$ 2,5 bilhões, alta de 78% na mesma comparação anual.

Os resultados operacionais da Vale no terceiro trimestre de 2019 serão conhecidos amanhã depois do fechamento do mercado. Há entendimento entre analistas que as provisões feitas para Brumadinho são suficientes e que não deverá haver revisões nesses números neste trimestre, como apontou o Credit Suisse. No primeiro semestre, as provisões e despesas da Vale com Brumadinho somam R\$ 23,2 bilhões, conforme dados divulgados pela mineradora no balanço do segundo trimestre do ano.

O Credit Suisse afirmou que o resultado da Vale entre julho e setembro será impulsionado pelos embarques (vendas) de minério de ferro e menores custos de produção da commodity entre a mina e o porto. O banco estimou Ebitda de US\$ 4,9 bilhões para a Vale no trimestre (número que chega a US\$ 18,8 bilhões no ano).

O Itaú BBA projetou resultado “sólido” para a Vale no trimestre. Devem contribuir para o resultado o volume de vendas de minério de ferro e pelotas, que totalizou 85,1 milhões de toneladas no terceiro trimestre, com alta de 20,2% sobre o segundo trimestre do ano. Esse crescimento foi possível graças à retomada de algumas operações de minério de ferro da companhia que estavam paralisadas em Minas Gerais como consequência da tragédia de Brumadinho (MG).

A corretora projetou que os preços realizados pela mineradora no terceiro trimestre devem ficar em US\$ 87 por tonelada, US\$ 8 abaixo por tonelada na comparação com os US\$ 94,6 por tonelada do segundo trimestre de 2019. A redução foi motivada por menores prêmios por qualidade no minério de ferro no período. No relatório de produção do terceiro trimestre, divulgado dia 14 deste mês, a mineradora informou que os prêmios de qualidade de finos de minério de ferro e pelotas alcançaram US\$ 5,9 por tonelada no terceiro trimestre, ante US\$ 11,4 por tonelada no segundo trimestre do ano. Os prêmios são bonificações pagas sobre o preço de referência do mercado.

Como indicou a própria Vale, as condições atuais dos prêmios são desfavoráveis como consequência do desequilíbrio da oferta de minério de ferro de alta qualidade, do alto preço de referência para o minério com teor de ferro de 62% e de margens reduzidas para o aço. No terceiro trimestre, o minério de ferro com 62% de teor de ferro no mercado à vista da China ficou, em média, em US\$ 102,6 por tonelada, alta de 2,5% sobre o trimestre anterior e de quase 54% sobre um ano atrás, como indicou o banco Safra.

A instituição previu um resultado “forte” para a Vale no terceiro trimestre do ano como resultado de maiores vendas de minério de ferro dada a retomada de operações de algumas minas paradas em Minas Gerais depois de Brumadinho. Como fatores negativos, o banco citou a perspectiva de aumento nos custos de fretes marítimos no terceiro trimestre, além do pagamento de menores prêmios para o minério de ferro de qualidade. O Safra projetou Ebitda de US\$ 5 bilhões para a mineradora no trimestre.

O Itaú BBA estimou, por sua vez, Ebitda de US\$ 4,95 bilhões, número também semelhante ao do BTG Pactual, de US\$ 4,88 bilhões. O BTG já havia dito em relatório recente que para a Vale vender 320 milhões de toneladas de minério de ferro este ano o quarto trimestre precisará ser o mais forte até agora em 2019. A análise é semelhante ao da Macquarie, para quem a Vale precisa entregar neste último trimestre um volume de vendas de 96 milhões de toneladas, entre finos de minério e pelotas, para atingir um número final de 320 milhões de toneladas em vendas.

A Vale trabalha com uma faixa de vendas que vai de 307 milhões a 332 milhões de toneladas em 2019 e a expectativa da empresa é que o resultado final fique próximo ao centro dessa faixa. O BTG é, entre os bancos considerados no consenso, aquele que indicou o lucro mais baixo, de US\$ 1,33 bilhão. A maior projeção de lucro é do Itaú BBA, com estimativa de US\$ 3,29 bilhões, seguido do HSBC, com US\$ 3,23 bilhões.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 23/10/2019

Seção: Empresas

Autor: Henry Sanderson — Financial Times

Título: Rio Tinto anuncia descoberta de lítio na Califórnia

A Rio Tinto anunciou ter encontrado uma fonte potencialmente grande de lítio para baterias de veículos elétricos enquanto buscava ouro em rejeitos de rochas

descartadas na Califórnia, o que descreveu como um “momento eureka” para a empresa.

A mineradora londrina informou que poderá se tornar a maior produtora de lítio para baterias nos Estados Unidos caso consiga processar as rochas descobertas em grande escala.

A descoberta pode abrir caminho para a Rio Tinto entrar no mercado de lítio, que deverá ter taxas elevadíssimas de crescimento nos próximos dez anos graças à ascensão dos veículos elétricos, que são alimentados por baterias de íon de lítio.

Atualmente, o lítio é produzido, mundialmente, em sua maior parte na América do Sul e na Austrália, e sob o controle de cinco produtores, sendo dois deles chineses. O governo do presidente Donald Trump tem grande interesse em encorajar o surgimento de uma oferta doméstica suficiente para atender às necessidades de suas montadoras.

O único lítio produzido nos EUA hoje é extraído de depósitos de salmoura em Silver Peak, Nevada, em instalações pertencentes à Albemarle. A empresa não informa quanto produz, mas analistas calculam que não é um volume substancial.

O diretor-gerente da consultoria Benchmark Mineral Intelligence, Simon Moores, disse que a descoberta é uma maneira barata para a Rio Tinto dominar o processo químico necessário para transformar o lítio em formas adequadas para o uso em baterias. Uma vez que o tenha alcançado esse domínio, a mineradora estará em posição para elevar a produção, acrescentou.

“Eles estão ficando mais confiantes de que a indústria de veículos elétricos é real e temos um claro caminho à frente”, disse Moores. “Não a vejo como uma jogada de volume, mas como uma jogada de PI [propriedade intelectual]. Uma vez que você compreenda o processamento em primeira mão, então a questão é para onde ir depois disso.”

Em 2017, noticiou-se que a Rio Tinto estava interessada em comprar participação na chilena SQM, segunda maior produtora mundial de lítio, mas quem acabou fazendo o investimento foi a chinesa Tianqi Lithium.

A mineradora tem, na Sérvia, um grande depósito de borato (ingrediente usado em produtos como fertilizantes e detergentes), que também contém lítio. A empresa, no entanto, não levou adiante os planos para desenvolver substancialmente o depósito.

A Rio Tinto destacou que a descoberta na Califórnia ocorreu enquanto buscava ouro em rejeitos de rocha de uma mina de borato de 90 anos.

“Nossa equipe teve um momento eureka quando fez alguns testes para buscar minerais valiosos além do boro em nossos rejeitos de rocha e encontrou alto teor de lítio”, disse Bold Baatar, executivo-chefe de energia e minerais na Rio Tinto. “Se os testes continuarem sendo bem-sucedidos, isto tem o potencial para se tornar o maior produtor doméstico dos EUA de lítio para baterias - tudo sem a necessidade de novas escavações.”

A Rio Tinto vai investir US\$ 10 milhões para construir uma usina piloto no local para processar as rochas e purificar o lítio em formas adequadas para uso em baterias. As instalações vão ser capazes de produzir lítio para 30 baterias do Tesla Modelo S.

A próxima fase será um investimento de US\$ 50 milhões em uma usina de escala industrial, com capacidade para produzir o equivalente a 5 mil toneladas de carbonato de lítio por ano, suficiente para cerca de 15 mil baterias do Modelo S. O carbonato de lítio é a forma mais comum usada nas baterias.

Ainda assim, essa produção deverá ser apenas uma pequena parte da oferta mundial de lítio, que cresce a passos largos e em 2018 foi estimada em 284 mil toneladas de carbonato de lítio, segundo o banco australiano Macquarie.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 23/10/2019

Seção: Empresas

Autor: Carlos Prieto — De São Paulo

Título: Projeto da EDP une montadoras, fornecedores e pesquisadores

Volkswagen, Audi, Porsche, ABB, Siemens, Electric Mobility Brasil e Gesel participam da instalação de rede de recarga ultrarrápida de carros elétricos

A companhia elétrica EDP conseguiu reunir em um projeto para instalação de uma rede de recarga ultrarrápida de carros elétricos no Estado de São Paulo o que chamou de “ecossistema” para a eletrificação da mobilidade: uma companhia de energia elétrica, três montadoras, três fornecedores de carregadores e pesquisadores.

O projeto prevê a instalação de 30 estações de recarga ultrarrápida que pretende atender todo o Estado. O investimento total será de R\$ 32,9 milhões e terá a parceria da Volkswagen, Porsche e Audi que vão realizar os testes com seus veículos para homologação da infraestrutura. A ABB, Siemens e Electric Mobility Brasil serão as fornecedoras da tecnologia de recarga. O projeto conta

ainda com participação do Grupo de Estudo do Setor Elétrico (Gesel) da UFRJ. Os presidentes de todas as empresas participaram da apresentação.

A iniciativa da companhia portuguesa tenta quebrar o dilema: não há mercado para o carro elétrico porque não existe infraestrutura e não existe infraestrutura porque não há carros elétricos no mercado. “É um projeto que une parceiros líderes mundiais e que formam um ecossistema essencial para nossa iniciativa. É o primeiro grande projeto nessa área da EDP no Brasil, que cria o maior corredor estadual e o maior da América Latina”, afirmou Miguel Setas, presidente da EDP no Brasil.

Com a nova rede, serão 64 pontos de carregamento interligando São Paulo, Vitória, Curitiba e Florianópolis, somando 2,5 mil quilômetros. A instalação dos novos pontos começa ainda neste ano e deve ser concluído até 2022. As primeiras estações serão entregues em 2020. Elas terão distância máxima de 150 quilômetros nas rodovias Tamoios, Imigrantes, Carvalho Pinto, Governador Mário Covas, Dom Pedro, Washington Luís e Régis Bittencourt. O carregador ultrarrápido reabastece 80% da bateria entre 25 e 30 minutos. Cada ponto de recarga terá uma estação ultrarrápida e uma semirrápida.

A EDP já investe em dois projetos menores nessa área. Montou uma rede de seis pontos de carregamento na rodovia Dutra, que une São Paulo ao Rio. E outra no Espírito Santo, com oito estações.

O presidente da Volkswagen, Pablo Do Si, também recorreu ao termo “ecossistema” para destacar a importância da parceria entre montadoras, companhias de energia, de tecnologia e a universidade. “É um divisor de águas. É a primeira parceria entre empresas privadas e universidades trabalhando juntos”, afirmou. A Volkswagen planeja lançar seis modelos elétricos no Brasil em cinco anos.

Rafael Paniagua, presidente da ABB no Brasil, disse que 85% da matriz energética brasileira é limpa e o país precisa aproveitar isso. “Temos de aproveitar esse privilégio para investir em carros leves elétricos, mas também nos veículos pesados e no transporte público.” Sobre o temor de falta de energia na medida que a frota elétrica crescer, Paniagua afirmou que o país consegue rapidamente aumentar a geração renovável para atender a nova demanda. “Até porque essa demanda vai ocorrer rapidamente. Não há risco de falta de energia.”

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo**Data: 23/10/2019****Seção: Economia****Autor:****Título: Aneel reduz tarifa da EDP São Paulo em 5,33**

Notas

A Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) aprovou ontem a revisão da tarifa da EDP São Paulo, o que acarretará em uma redução média de 5,33% do valor cobrado do 1,9 milhão de consumidores atendido pela empresa em 28 municípios paulistas. Para os clientes conectados na alta tensão (clientes industriais e comerciais de grande porte), a redução média foi de 3,53%. Para os da rede de baixa tensão (residenciais e comerciais de pequeno porte), o corte da tarifa será de 6,34%, em média.

Sete Brasil espera fechar acordo com a Petrobrás

A Sete Brasil acredita que concluirá em breve a negociação com a Petrobrás relativa ao afretamento de quatro sondas, dizem fontes. Com o acordo, a Sete Brasil vai poder se desfazer dos ativos, que vão ser repassados à britânica Magni Partners. O acordo não chega a dar fim à crise iniciada há cinco anos, com a Operação Lava Jato, mas vai ajudar a reduzir a dívida de R\$ 18 bilhões da companhia.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo**Data: 23/10/2019****Seção: Colunas****Autor:****Título: » Tá quente.**

Coluna do Broadcast

A expansão do setor elétrico, em especial nos segmentos de comercialização de energia e operações com fontes renováveis, vem impulsionando a criação de vagas. Análise feita pela Select Humans for Energy, especializada em recrutamento e seleção de profissionais da área, identificou que os segmentos concentraram 65% do total de posições que a empresa ajudou a preencher nos últimos quatro anos. Outro destaque foi para o fato de que 70% dos postos eram novos nas empresas.

» Gênero. Apesar da presença crescente de mulheres no setor de energia, a maioria dos profissionais contratados eram homens, que ficaram com 70% das

posições. Segundo a Select, o predomínio masculino ocorre, principalmente, em áreas consideradas centrais da organização e nas mais técnicas, como atuação em campo ou formação de preço. As mulheres, de acordo com a empresa, têm participação crescente em especial no segmento de compra e venda de energia.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 23/10/2019

Seção: Economia

Autor: PAULA DIAS e BÁRBARA NASCIMENTO

Título: Com reforma, Bolsa chega a 107 mil pontos

Aprovação da Previdência eleva chance de investidor estrangeiro retornar ao País; dólar recuou 1,34% e terminou o dia a R\$ 4,07

A expectativa de aprovação da reforma da Previdência, após oito meses de tramitação, levou a Bolsa a bater novo recorde ontem e a uma valorização do real. O Ibovespa, principal índice da B3, subiu 1,28% e fechou a 107,4 mil pontos, enquanto o dólar caiu 1,34%, para R\$ 4,07. Embora a conclusão da reforma já fosse dada como certa, a sua materialização foi considerada uma espécie de sinal verde para o retorno do investidor estrangeiro, que há tempos tem se afastado do mercado brasileiro.

Sob o argumento de incerteza quanto ao andamento dos esforços fiscais no País, a saída de recursos externos na B3 soma R\$ 32,3 bilhões no acumulado do ano. Os ganhos do Ibovespa ontem foram sustentados principalmente pelas ações do setor financeiro, que terminaram o dia com alta de 2,14%. Outro importante destaque foi a Petrobrás. A empresa se beneficiou de um conjunto de fatores, como a alta do petróleo, o reajuste dos preços do gás e a expectativa otimista quanto ao resultado trimestral da estatal, que será divulgado amanhã. No meio da tarde, a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização aprovou relatório do projeto de lei em que o governo solicita a abertura de crédito de R\$ 40,5 bilhões, para, entre outras destinações, a União pagar à Petrobrás os valores correspondentes à revisão do acordo do contrato de cessão onerosa.

Com isso, as ações da petroleira subiram 3,06% (com direito a voto) e 2,88% (sem direito). Com o cenário doméstico otimista, o mercado brasileiro deixou em segundo plano a influência internacional. As Bolsas de Nova York, que vinham oscilando em alta, perderam fôlego e migraram para o terreno negativo após nova derrota do primeiro-ministro britânico, Boris Johnson, em votação do Brexit no Parlamento./

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo**Data:** 23/10/2019**Seção:** Notas e Informações**Autor:****Título:** Águas turvas

O desastre ambiental causado pelo vazamento de óleo que atinge a costa do Nordeste desde o final de agosto vem sendo tratado pelo governo federal de maneira pouco transparente. A dimensão do problema exige o engajamento de um grande número de autoridades e especialistas, além de uma considerável mobilização de recursos, o que demanda o mais amplo compartilhamento de informações e uma liderança sólida no gerenciamento desse trabalho conjunto. Pouco disso se tem visto por parte da Presidência da República, do Ministério do Meio Ambiente e de outros órgãos federais envolvidos.

A Petrobrás e a Marinha mantêm em sigilo relatórios de investigação sobre o caso, ao mesmo tempo que o presidente da República, Jair Bolsonaro, reiteradas vezes vem lançando no ar suspeitas sobre a possível natureza criminosa do vazamento e insinuando que a Venezuela seria a responsável. Se o governo sabe de algo a esse respeito, deve dizer claramente, mostrando a íntegra dos documentos nos quais baseia suas conclusões. Do contrário, estaremos no terreno da fofoca, o que não condiz com a seriedade que se espera da administração federal, em especial diante de um grande desastre ambiental como esse.

Enquanto o governo parece mais empenhado em implicar a ditadura venezuelana no caso, o óleo se espalha – já atinge quase 140 pontos do litoral de nove Estados do Nordeste – e há uma clara descoordenação de esforços para enfrentar o problema. Em primeiro lugar, o governo reagiu de forma tardia e atabalhoada. O ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles, informa que desde o dia 2 de setembro está em ação um grupo de acompanhamento formado pela Marinha, pelo Ibama e pela Agência Nacional do Petróleo. No entanto, o Plano Nacional de Contingência para Incidentes de Poluição por Óleo em Águas sob Jurisdição Nacional, estabelecido por decreto em 2013 para casos como esse, só foi acionado no dia 11 de outubro passado, mais de um mês depois.

É esse plano de contingência que distribui responsabilidades entre os diversos órgãos envolvidos e estabelece os procedimentos e as ações em cada etapa. Ao que parece, o problema nesse caso é que o comitê executivo responsável por acionar o Plano de Contingência foi um dos comitês extintos por Bolsonaro no começo do ano com o objetivo, segundo o presidente, de “reduzir o poder de entidades aparelhadas politicamente”. A área técnica do Ministério do Meio Ambiente chegou a sugerir o restabelecimento do comitê, mas foi ignorada.

Assim, o governo parece ter optado pelo improvisado, sem uma resposta organizada. A última providência a denotar esse despreparo foi a convocação do Exército para atuar no recolhimento do óleo.

Como tem acontecido com lamentável frequência, o Exército tem sido chamado para atuar em situações para as quais seus integrantes não foram treinados, seja para combater incêndios na Amazônia, seja para garantir a segurança pública em capitais com altos índices de criminalidade. Agora, por força mais uma vez da incapacidade dos governos de enfrentar de maneira eficiente os problemas que só a eles cabe resolver, o Exército é acionado para atuar numa área que lhe é estranha. A justificativa dada pelo presidente em exercício, Hamilton Mourão, foi explícita: o governo precisava mostrar serviço.

“A gente faz o trabalho e não está tendo visibilidade. Então vamos botar mais visibilidade nisso aí”, disse Mourão. Enquanto o governo faz campanha para tentar melhorar sua imagem nesse caso, as autoridades dos municípios atingidos pela mancha de óleo queixam-se de que a administração federal está tomando decisões sem ouvi-las, de forma desordenada. Em resumo, a mancha de óleo se espalhou como consequência não apenas da enormidade do vazamento, mas também da dificuldade do atual governo de tratar deste ou de qualquer outro tema de forma realista, preferindo quase sempre atribuir os problemas a criativas conspirações.

Para o presidente Bolsonaro, por exemplo, é natural questionar se o vazamento “poderia ser uma ação criminoso para prejudicar o leilão” de áreas do pré-sal, previsto para novembro. Enquanto se tenta entender o que uma coisa tem a ver com a outra, o óleo se espalha.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 23/10/2019

Seção: Colunas

Autor: Fábio Alves

Título: Surpresa iminente no PIB

Os indicadores de atividade econômica brasileira, além das projeções de desempenho do PIB, devem começar a surpreender positivamente o mercado de forma mais consistente nos próximos meses e ser o gatilho para atrair um maior fluxo de investimento estrangeiro ao longo de 2020. O crescimento mais acelerado da economia brasileira é a principal aposta de analistas para trazer de volta o investidor estrangeiro, que ainda não se animou com o avanço da reforma da Previdência nem com a queda da inflação e dos juros. Isso porque, num ambiente de taxas negativas de juros em muitos países desenvolvidos e de desaceleração forte da economia global, o investidor estrangeiro vai buscar

aplicar em ativos de países que consigam registrar um maior diferencial de crescimento do PIB em relação às nações mais ricas.

Até o momento, a recuperação da economia brasileira tem frustrado as expectativas do mercado ao registrar um ritmo bem mais gradual do que se esperava. Nos últimos meses, indicadores de atividade, como vendas no varejo ou produção industrial, têm ficado bastante voláteis, alternando ganhos num mês e recuos no mês seguinte. A exceção tem sido a criação de vagas formais de trabalho pelo Caged, que tem ficado acima das projeções de analistas nos últimos três meses. Em setembro, por exemplo, foram criados 157.213 empregos com carteira assinada, quando o mercado esperava a geração ao redor de 133 mil postos de trabalho. Mesmo assim, ainda há mais de 12,5 milhões de brasileiros desempregados, o que dificulta uma recuperação mais robusta do consumo.

Talvez por isso, a projeção de PIB na pesquisa Focus, do Banco Central, tem se mantido praticamente inalterada, enquanto as estimativas de inflação e de juros vêm sofrendo seguidas revisões. Conforme a mais recente pesquisa Focus, a projeção do PIB em 2019 aponta para um crescimento de 0,88%, enquanto o consenso das estimativas indica uma expansão de 2,0% para a economia em 2020. “Ninguém lá fora tem na conta que o Brasil vai voltar a acelerar o crescimento”, diz o economista-chefe da Porto Seguro Investimentos, José Pena. “Se o crescimento mais forte começar a aparecer, poderemos ter uma surpresa com o fluxo de capitais.” Já há indícios do apetite do investimento direto estrangeiro, especialmente nos leilões de infraestrutura.

Na área de energia, o recente leilão de geração A-6 movimentou R\$ 44 bilhões em contratos, assegurando investimentos de R\$ 11 bilhões, com boa participação de empresas estrangeiras. Na área de petróleo e gás, as petroleiras multinacionais dominaram a 16.ª Rodada de Licitações da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP). Mesmo com a oferta de apenas áreas fora da região do pré-sal, a União arrecadou R\$ 8,915 bilhões, com ágio de 322,74%. E a expectativa é de grande demanda para o megaleilão da cessão onerosa do pré-sal, marcado para o dia 6 de novembro com arrecadação de R\$ 106 bilhões. É na Bolsa de Valores que se espera um grande volume de fluxo de capital estrangeiro caso a atividade econômica comece a surpreender.

Para muitos analistas, vários fatores apontam para um maior fôlego da economia nos próximos meses. Primeiro, o ciclo de corte de juros iniciado pelo BC ainda não surtiu efeito, pois o estímulo monetário leva de seis a nove meses para ter um impacto na economia. Além disso, quando o Copom começou a cortar os juros em julho, o mercado ainda não previa um ciclo tão profundo de afrouxamento monetário. De lá para cá, o Copom cortou a Selic de 6,50% para

5,50%. A expectativa de analistas é de juros a 4,50% ao fim deste ano. Mas já há apostas de que a Selic cairá para 3,75% até o fim do ano que vem.

Segundo, medidas do governo, como a antecipação para 2019 do pagamento a todos os trabalhadores do saque imediato do FGTS, limitados a R\$ 500 por conta, devem injetar maior confiança aos consumidores, melhorando as perspectivas para o PIB de 2020. Apesar da desaceleração global e da turbulência em países vizinhos, como Argentina e Chile, a economia brasileira se encontra em posição favorável para engatar um ciclo de maior expansão. E surpresas do PIB devem atrair os estrangeiros.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 23/10/2019

Seção: Metrópole

Autor: Tânia Monteiro / BRASÍLIA

Título: 'O vazamento é um bombardeio contra o Estado brasileiro'

Almirante afirma que culpado não foi achado, mas está entre os navios que circularam pela costa de Sergipe

O comandante da Marinha, almirante Ilques Barbosa Júnior, compara o avanço da mancha de óleo pelo litoral do Nordeste, desde o início de setembro, a um "bombardeio" contra o País. Nos últimos dias, o governo federal tem sido cobrado na Justiça por mais ações para conter o espalhamento do poluente. Conforme o militar, o culpado ainda não foi identificado, mas está entre os navios que circularam em alto-mar, na faixa de 300 a 500 quilômetros da costa leste de Sergipe.

O que falta para descobrir quem derramou esse óleo?

Primeiro, precisa identificar a origem. A segunda frente está relacionada com a neutralização, o máximo possível, dos impactos ambientais e econômicos. É inédita uma agressão que alcance 2.200 quilômetros de costa. É uma situação sem registro na história marítima. Eu diria até, em termos militares, é como se o Brasil sofresse um ataque militar, um bombardeio contra o Estado brasileiro, que teve impacto na nossa sociedade. Foi uma agressão ambiental que afetou os interesses nacionais. Uma ameaça dessa magnitude não é a um governo. É ao Brasil.

Qual a principal suspeita?

Pela nossa área marítima, Atlântico sul, passam diariamente 2 mil navios. Desses, filtraram para mil e chegaram a 30 embarcações suspeitas de transporte do óleo. Estamos investigando os navios que transitaram entre 300 e 500

quilômetros da costa Leste de Sergipe, que não se identificaram nem informaram incidente, que podem ser chamados de “dark ships”, que é um navio que tem seus dados concretos informados, mas em função de qualquer restrição ou embargo tem uma carga que não pode ser comercializada.

Isso descarta completamente um acidente não intencional?

Não descarta. Mas a probabilidade fica cada vez mais baixa.

O petróleo é venezuelano?

Tivemos identificação pela Petrobrás. Estamos dizendo que o óleo não é processado ou comercializado no Brasil.

E os tambores que foram achados da Shell?

A Shell foi questionada pelo Ministério do Meio Ambiente. As informações foram prestadas e estão fazendo parte do rol de investigação em curso.

O derrame de óleo mostra fragilidade ao monitorar a costa?

Pode acontecer na costa de qualquer país, porque foi um fato criminoso. I

O que faltou fazer para não termos detectado isso?

Essa pergunta é muito difícil. Mas, se fosse na costa dos EUA aconteceria do mesmo jeito. Se fosse na França, também. O navio mercante tem o direito de não se identificar. Aí, ele produz um derrame desta natureza, extremamente difícil de detectar por satélite.

E o aprimoramento do gerenciamento da Amazônia Azul? Como seria isso? Quanto custaria?

Uma solução é colocar um sistema de detecção ativa por radares em todo o litoral, de alta frequência, com alcance de até 350 milhas do litoral, com custo estimado em R\$ 1 bilhão. Para instalação por fases, demoraria cinco anos. Mas não há previsão de instalação desse sistema porque as prioridades são outras. A Marinha vem tocando esse projeto por conta própria, paulatinamente.

Está havendo uso político desse desastre contra o governo?

Não diria que está ocorrendo. Se estiver ocorrendo, não é correto de acontecer.

Ainda tem muito mais óleo para aparecer?

A gente trabalha com possibilidades. Para cada uma, temos de ter um plano de contingência. Se foi um acidente, pode acontecer outro. Se foi intencional, pode acontecer de novo. A repetição do caso é possível, mas qual a probabilidade? Neste momento, desconheço. O óleo fica submerso e só aparece na arrebentação.

O governo quer mudar a regra internacional para obrigar os navios a se identificarem?

Vamos propor ao Ministério das Relações Exteriores que leve à Convenção Internacional sobre o Direito do Mar, da Organização das Nações Unidas que se exija, mesmo que em alto-mar, além da nossa margem territorial, que todos os navios mercantes informem posições, como acontece. O que deixou de ser feito?

Talvez, pelo ineditismo, foi fazer uma melhor comunicação, melhor divulgação do trabalho que realizamos desde 2 de setembro. Não houve falta de agilidade. Todos os órgãos responderam imediatamente.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 23/10/2019

Seção: Metrópole

Autor: André Borges / BRASÍLIA

Título: Plano de emergência foi oficializado 41 dias após 1º alerta

Ministério do Meio Ambiente nega lentidão nas respostas à tragédia e diz que órgãos já estavam em ação

O Plano Nacional de Contingência do governo federal, um documento criado em 2013 para lidar com situações de emergência como a do vazamento de petróleo atual, só foi oficialmente formalizado pelo ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles, em 11 de outubro, 41 dias depois de terem surgido as primeiras manchas de petróleo no litoral. Naquela data, o ofício circular assinado por Salles e enviado à Casa Civil da Presidência da República, tratava, na realidade, de apenas designar a Marinha do Brasil como “coordenadora operacional” das ações, para prosseguimento no combate às manchas de óleo.

Por lei, o responsável por acionar o plano é o ministro do Meio Ambiente. Ele é o coordenador do comitê executivo. Ao Estado, no dia 18, Salles disse que o plano foi, sim, acionado desde o início de setembro e todas as medidas previstas foram colocadas em andamento. Cópias do ofício obtido nesta terça-feira pela reportagem foram encaminhadas a 12 ministros e ao Ibama, ao ICMBio e à Agência Nacional do Petróleo. Na prática, tratou-se de um ato formal do governo, uma vez que a Marinha já vinha atuando nas operações.

O que membros do governo e especialistas no setor de meio ambiente apontam, no entanto, é que se trata de mais uma evidência de que, na realidade, o próprio governo desconhecia que havia um plano de contingência para lidar com esse tipo de situação. O Ministério do Meio Ambiente nega que tenha havido lentidão nas respostas à tragédia e diz que, desde o início, todos os órgãos já estariam em ação, independentemente de o plano ter sido ou não acionado.

Segundo a pasta, desde 2 de setembro houve ação do Grupo de Acompanhamento e Avaliação (GAA), integrado pela Marinha, pelo Ibama e pela ANP. O Plano Nacional de Contingência para Incidentes de Poluição por Óleo em Águas sob Jurisdição Nacional (PNC) foi estabelecido por decreto em 2013. Ele “fixa responsabilidades, estabelece estrutura organizacional e define diretrizes, procedimentos e ações, com o objetivo de permitir a atuação coordenada de órgãos da administração pública e entidades públicas e privadas para ampliar a capacidade de resposta em incidentes de poluição por óleo”.

Comissão. Mas o Estado mostrou em reportagem no dia 18 que o comitê executivo, responsável por acionar o plano, foi extinto durante o “revogação” de todos os conselhos feitos pelo presidente Jair Bolsonaro no começo do ano. A área técnica do ministério chegou a produzir parecer reforçando a importância de se restituir a comissão, mas não foi atendido.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 23/10/2019

Seção: Metrópole

Autor: Roberta Jansen / RIO

Título: Lacuna de satélite trava investigação sobre óleo

Escassez de imagens de alto-mar torna difícil determinar origem do vazamento; Inpe já rastreou dados dos últimos 60 dias na região

A ausência de um sistema de monitoramento de desastres ambientais no oceano por satélite e a escassez de imagens do alto-mar dificultam a investigação sobre a origem do óleo achado em mais de 200 pontos do litoral do Nordeste. Cientistas de diferentes instituições buscam imagens que deem alguma pista, mas não encontraram nada que mostrasse o deslocamento da mancha até agora. O único satélite que produz o tipo de imagem capaz de mostrar um vazamento de óleo no mar e a oferece gratuitamente é o Sentinel da Agência Espacial Europeia (ESA, na sigla em inglês). E há limitações. As imagens são criadas com intervalos de dias. E a maioria é de regiões mais próximas da costa. Sobre essas, o interesse comercial dos países é maior.

Estudos com base nas correntes marítimas já indicam que o acidente ocorreu além das 200 milhas da costa, em alto-mar. É menor a chance de haver imagens dessas regiões. Ainda assim, grupos do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe), do Laboratório de Análise e Processamento de Imagem de Satélite da Universidade Federal de Alagoas (Ufal) e do Laboratório de Métodos Computacionais em Engenharia do Instituto Alberto Luiz Coimbra de Pós-Graduação e Pesquisa de Engenharia (Coppe), da Universidade Federal do Rio (UFRJ), buscam imagens que deem alguma pista. “O Inpe já olhou todas as imagens disponíveis das proximidades da costa de 60 dias para cá, e não foi detectada nenhuma mancha expressiva indicativa da origem do vazamento”, disse o oceanógrafo Ronald Buss de Souza, pesquisador do Inpe.

Nas análises da Ufal, os resultados obtidos foram semelhantes. “Até agora não conseguimos identificar nenhuma imagem com um padrão clássico de derramamento de óleo”, disse o coordenador do laboratório da Ufal, Humberto Alves Barbosa, especialista em sensoriamento remoto. “Mas não existe uma sequência completa, há falhas de dois, três dias. Além disso, a dificuldade de interpretação das imagens é grande. Precisaria de mais gente, de mais recurso, de mais tecnologia.”

Para Luiz Landau, coordenador do laboratório da Coppe/ UFRJ, seria sorte achar uma imagem com informações sobre a origem do vazamento dentre as feitas pela ESA. “Não temos imagens para nos ajudar, porque não temos programa de monitoramento para eventos desse tipo”, explicou. “Temos uma constelação de satélites privados nos céus, mas eles têm de estar programados para olhar para onde nos interessa.” Além disso, o óleo se movimenta na sub-superfície, o que dificulta a visualização do material, segundo especialistas.

Cooperação. Para os especialistas, a melhor estratégia para determinar a origem do vazamento é contar com a ajuda de oceanógrafos e modelos matemáticos capazes de estudar as correntes marítimas e, ao menos, reduzir a área possível do acidente. Análises geoquímicas do óleo também poderiam rastrear o caminho até as praias.

Eles reclamam, porém, que o gabinete de crise estabelecido pelo governo não convocou os cientistas oficialmente. “A gente pode continuar procurando se for chamado oficialmente”, disse Souza, do Inpe. “Após 50 dias, não se conseguiu descobrir a fonte do vazamento. Essa lerdeza gera um desastre ambiental sem precedentes.” Procurado pelo Estado, o gabinete de crise do governo não se manifestou.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo**Data: 23/10/2019****Seção: Metrópole****Autor: Ricardo Araújo / NATAL ESPECIAL PARA O ESTADO****Título: A volta incerta de tartarugas ao mar**

Animais resgatados passam por longa reabilitação

Animais atingidos pelo óleo e resgatados por voluntários e especialistas podem levar seis meses para ser descontaminados do poluente. E há o risco de não conseguirem voltar ao habitat natural. O último levantamento do Ibama, de domingo, indicava que 39 animais foram afetados pela contaminação da costa brasileira – 19 tartarugas morreram e 11 foram resgatadas.

O professor Flávio José de Lima Silva, que coordena o Projeto Cetáceos da Costa Branca da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN), responsável pelo resgate dos animais atingidos pelo óleo cru no Estado, descreve o caso como uma “catástrofe ambiental”. “É uma perda significativa, pois são animais em processo de extinção.” Segundo ele, os animais são atingidos de forma intensa. “As tartarugas, quando sobem saindo da água para respirar, se deparam com uma mancha de óleo e acabam contaminadas em poucos instantes, o que pode levar à morte até imediata.”

O processo de recuperação dos animais é complexo e envolve até medicamentos. Por causa da complexidade, o especialista alerta que voluntários não devem devolver imediatamente ao mar os animais atingidos pelo óleo. “A gente oferece barreiras, que são protetores gástricos, renais e hepáticos, porque o animal pode estar se contaminando pela mucosa, pela corrente sanguínea.” Após 24 horas desse procedimento, é iniciada a descontaminação.

O excesso de óleo é retirado das mucosas e partes moles do corpo. Os animais são lavados com água, detergente neutro e outros produtos. Em seguida, são colocados em um tanque com água salgada para que sejam assistidos por veterinários e biólogos. “Serão analisados processos de natação, alimentação e excreção. Se ele está eliminando óleo pelas fezes ou não. Quando o animal para de eliminar óleo pelas fezes, é um sinal de que a substância já não está mais no trato gastrointestinal.”

Ao longo de 30 anos de docência e pesquisa, Silva diz que jamais presenciou um problema tão preocupante. “Nunca vi nada igual. As cenas são as mais chocantes que já vi na vida.”

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo**Data: 23/10/2019****Seção: Espaço Aberto****Autor: João Lara Mesquita****Título: Amazônia e litoral do Nordeste, hora de mudar**

“Estamos pagando hoje o preço (...) com os desastres de Mariana e Brumadinho. E o governo Bolsonaro não ajudou nada, até agora, a resolver os problemas reais do setor ao reduzir o status do Ministério do Meio Ambiente (que até cogitou de extinguir) e tolerar entrevistas e declarações de membros de sua administração desqualificando a defesa do meio ambiente.” Frases de José Goldenberg, professor emérito da USP e ex-ministro do Meio Ambiente, no artigo Licenciamento e desastres ambientais (18/2, A2). Foi no início do governo. O desastre de Brumadinho era considerado, até o derramamento de óleo no Nordeste, o maior desastre ambiental brasileiro. E é considerado o pior acidente de mineração do mundo, com 252 mortos e 18 pessoas desaparecidas até hoje.

Outubro de 2018 – Campanha presidencial. “Isso vai nos colocar em uma saia-justa enorme no mundo. Enchem a boca, como se apenas nós exportássemos soja, carne. Mas temos muitos concorrentes. A União Europeia já não tem boa vontade nenhuma em nos fazer concessões. Imagine em um governo que confirme seus piores temores. Seremos marginalizados. Vão dizer que é carne e soja produzidas à base da destruição da Amazônia.” Vaticínio de Rubens Ricupero, ex-ministro do Meio Ambiente, a O Estado de S. Paulo na matéria Absurdo falar em desmatamento zero, que repercutia os disparates de Bolsonaro ameaçando transformar o Ministério do Meio Ambiente (MMA) em apêndice do Ministério da Agricultura. Menos de um ano depois, o acordo da União Europeia com o Mercosul está ameaçado.

“Não vou mais admitir o Ibama sair multando a torto e a direito por aí, bem como o ICMBio. Essa festa vai acabar”, disse reiteradas vezes o presidente desde a campanha. Foi copiado pelo ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles, que, seguindo diretrizes, afrouxou multas e fiscalização (o número de operações do Ibama na Amazônia caiu 70% de janeiro a abril de 2019 em relação ao mesmo período de 2018).

Ao demonizar a academia, multas e o ministério, Bolsonaro e Salles deram sinal verde aos desmatadores ilegais. Quando começaram as queimadas, como esperado no período seco, o Ibama já havia sido decepado de 21 de seus 27 superintendentes regionais. Salles, sempre disposto ao confronto, mandou para casa “a memória do ICMBio” (fevereiro, 2019) e com eles, a eficiência. Deu no que deu. Enquanto o presidente perdia tempo acusando ONGs, inimigos do agro

aproveitaram. Começou a pressão internacional. Só então veio a reação. Bolsonaro despachou o Exército para conter as queimadas. Era tarde. O estrago à imagem do País, e ao agronegócio, estava feito (dados do Prodes, do Inpe, ainda não disponíveis, devem confirmar até o final do ano a porcentagem de floresta perdida. Os do Deter, também do Inpe e motivo da exoneração de Ricardo Galvão, apontam aumento da área desmatada de 45% em comparação com os três anos anteriores).

Outubro de 2019 – Calamidade pública no litoral do Nordeste. “Não obstante a extrema gravidade do desastre ambiental, com os dados e impactos demonstrados, e ainda a decretação de emergência pelos Estados de Sergipe e da Bahia, fato é que a União se mantém omissa, inerte, ineficiente e ineficaz. Não há, pois, razão plausível mínima para não se implementar, de imediato, o Plano Nacional de Contingência para Incidentes de Poluição por Óleo em Águas sob Jurisdição Nacional. É, pela legislação e pelos fatos reais, o que se impõe.” O trecho entre aspas é parte da ação que procuradores de nove Estados do Nordeste ajuizaram para obrigar o governo federal a acionar em 24 horas o Plano Nacional de Contingência para Incidentes de Poluição por Óleo em Água, cujos Conselhos Executivo e de Suporte Bolsonaro destituiu.

O governo federal não sabe o que fazer. Perdido, dispara acusações, sugerindo ação criminosa da Venezuela e, atrasado, despacha funcionários da Petrobrás para limparem praias. Enquanto isso, mutirões trabalham precariamente, retirando o óleo sem proteção e instrução adequadas. Passados 50 dias do que já é considerado o maior acidente ambiental do Brasil, o governo ainda não decretou emergência ambiental. Espera o quê? “Um alarme nacional deveria ter sido dado. Não entendo por que não foi. Investigar a causa é preciso, mas conter danos é essencial. Prevenir custa mais do que remediar. Agora a conta será cara.” Declaração de Miguel Accioly, especialista em gerenciamento costeiro da Universidade Federal da Bahia, em declaração ao jornal O Globo (15/10).

O mar e o litoral não chamam a atenção como a Amazônia. Não há escândalo internacional. Ninguém vê o que está debaixo d’água, só o que aparece nas praias. E elas são apenas um dos ecossistemas marinhos atingidos. Talvez o menos importante. Mas recifes de corais e mangues, os dois mais importantes, estão comprometidos por décadas!

Quase dois meses depois do início dos derrames o ministério de Ricardo Salles não tomou providências eficazes. Especialistas alertam e membros do Ministério Público Federal ajuízam ações. Mas ele mesmo não faz senão retirar óleo de modo burocrático, como se nada de anormal estivesse acontecendo. Faltam gente, equipamentos e instrução. Colocar o perigoso piche onde? Já são 900 toneladas! Foi preciso o vice assumir para o Exército de novo ser

despachado. Tardiamente. Agora o óleo se aproxima de Abrolhos, o único banco de corais do Atlântico Sul. Sem providências do governo. A reação beira improvisação de leigo. Nada de mais se fosse obra de um dono de casa de segunda residência. Mas não é aceitável vinda do ministro do Meio Ambiente, sob pena de comprometer o País, especialmente, mas não apenas, os nordestinos.

É no que dá “reduzir o status do Ministério do Meio Ambiente”. O Brasil paga mais uma conta pelo descaso do governo federal e por um alheio ministro do Meio Ambiente.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 23/10/2019

Seção: Mercado

Autor: Nicola Pamplona

Título: Petroleiros anunciam greve a partir de sábado

As duas centrais de petroleiros do país comunicaram nesta terça (22) à Petrobras que iniciarão greve a partir da 0h de sábado (26). A mobilização foi aprovada em assembleias realizadas na semana passada que rejeitaram proposta de acordo coletivo mediado pelo TST (Tribunal Superior do Trabalho).

FUP (Federação Única dos Petroleiros) e FNP (Federação Nacional dos Petroleiros) reclamam de intransigência da companhia nas negociações, iniciadas em maio e levadas pela empresa ao TST para mediação em agosto.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 23/10/2019

Seção: Colunas

Autor: Joana Cunha

Título: Tomada

Painel S.A

A cogeração de energia por biomassa avançou no portfólio da Raízen. Na semana passada, a companhia arrematou um dos lotes do leilão A-6 com o projeto de ampliação da Univalem, sua unidade agroindustrial de Araçatuba (SP).

Prato

O consumo de energia subiu cerca de 2% em setembro ante o mesmo mês de 2018, de acordo com a Comerc. O resultado foi impulsionado pelo setor de

alimentos, com 5%, maior alta desde abril de 2018, e por veículos e autopeças (5,6%). No ano, o cenário dos alimentos é de estagnação (0,7%), diz a empresa.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 23/10/2019

Seção: Especial

Autor: Angela Boldrini e João Valadares

Título: Marinha investiga 30 navios e 'dark ships'

Comandante afirma que não há indícios do envolvimento do governo da Venezuela no vazamento de petróleo

Brasília e Recife - O comandante da Marinha, almirante Ilques Barbosa Júnior, afirmou nesta terça-feira (22) que a investigação sobre a origem do vazamento de óleo que atinge a costa do Nordeste desde 30 de agosto está focada em cerca de 30 navios, provenientes de dez países, que passaram perto da costa brasileira.

O almirante diz, porém, que não descarta a possibilidade de um dos outros 970 navios identificados pela Marinha ter envolvimento com o caso.

Há, além disso, a possibilidade de ser um navio sem identificação, os "dark ships". "Vamos continuar até onde for necessário. Se demorar 200 anos, vamos ficar 200 anos nisso até achar", afirmou.

Barbosa Júnior também afirmou que não há indícios de que o vazamento que atinge as praias do Nordeste tenha envolvimento do governo ou de indústria venezuelana.

"O que se sabe pelos cientistas é que o petróleo é de origem venezuelana, não quer dizer que houve em algum momento, e não houve isso, envolvimento de qualquer setor responsável tanto no público quanto no privado na Venezuela", afirmou depois de um encontro com o presidente interino, Hamilton Mourão.

O ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles, fez acusações nesta segunda-feira (21) no Twitter. Ao discutir com a deputada Sâmia Bomfim (PSOL-SP), afirmou: "Vc é que não tem vergonha. Mas deveria ter, e muita, pois o petróleo que está atingindo o Nordeste e o Brasil, é venezuelano, cujo governo ditatorial comunista vocês apoiam (sic)."

Barbosa disse que a não comunicação do derramamento de óleo em si já é um ato criminoso pelas normas internacionais de navegação e que o governo considera pouco provável que a causa esteja ligada a uma transferência de petróleo entre navios em alto mar, considerada muito arriscada.

“Todo incidente de navegação pelas regras internacionais é obrigação que os comandantes informem, o que não ocorreu”, afirmou.

O ministro do Desenvolvimento Regional, Gustavo Canuto, afirmou que o trabalho investigativo para descobrir de onde vazou o óleo investiga 30 navios de dez bandeiras diferentes.

Ele não mencionou os nomes dos países. O ministro comunicou que estão em análise as embarcações que passaram por algumas rotas entre os dias 25 de agosto e 3 de setembro.

Canuto explicou que o óleo fica submerso e por isso não é rastreável. “Dez bandeiras internacionais estão sendo levantadas. É um processo difícil porque envolve vários países. Não é possível observar [o óleo] por satélite. É algo inédito.”

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 23/10/2019

Seção: Especial

Autor:

Título: Ministro diz que uso do Exército não parecia necessário

Recife - O ministro da Defesa, Fernando Azevedo e Silva, declarou na manhã desta terça-feira (22) que o Exército não atuou antes na limpeza das praias atingidas por óleo porque a avaliação era de que não havia necessidade.

Desde então, 900 toneladas de petróleo foram recolhidas por mutirões que contaram com ajuda de voluntários.

“Não julgávamos ser necessário, mas, quando foi preciso, nós empregamos o Exército”, disse o ministro.

Questionado durante visita a Pernambuco sobre por que o governo federal ainda não havia se mobilizado efetivamente, Silva afirmou que o esforço é coletivo. “Não é só responsabilidade das Forças Armadas.”

Ele afirmou ainda que existe uma dificuldade muito grande porque não se sabe onde o óleo vai aparecer. O ministro não soube informar o valor empregado pelo Ministério da Defesa nas ações para minimizar a poluição.

Azevedo e Silva também minimizou a extinção por parte do governo Jair Bolsonaro, em abril, de comitês que integravam o Plano Nacional de Contingência para Incidentes de Poluição por Óleo em Água (PNC).

“Eu acho que se extinguiu um comitê ou outro, não se extinguiu o planejamento como um todo. O plano está em execução”, respondeu Azevedo e Silva.

O ministro da Defesa autorizou o reforço de 5.000 militares da da 10ª Brigada de Infantaria Motorizada, sediada no Recife, nas ações.

Já o Ministério do Desenvolvimento Regional comunicou na segunda (21) que vai disponibilizar equipamentos de proteção individual para as pessoas que atuam na limpeza das praias.

Equipes do Grupo de Avaliação e Acompanhamento, formado por Marinha do Brasil, além de órgãos ambientais federais e estaduais, chegam ao município de Cairu nesta terça para mensurar os danos.

Nas últimas duas semanas, o óleo voltou a chegar às praias com mais força na Bahia, Sergipe, Alagoas e Pernambuco.

Em Pernambuco, a praia de Carneiros amanheceu coberta de óleo na sexta (18). Porto de Galinhas foi atingida pelas manchas no sábado (19). Azevedo e Silva falou ao lado do governador de Pernambuco, Paulo Câmara (PSB), que, um dia antes, disse que havia improvisado nas ações federais.

Em tom mais ameno, o governador agradeceu a ajuda do governo federal, mas não citou o nome de Bolsonaro. Ele preferiu citar duas vezes o nome de Hamilton Mourão.

“Fiquei satisfeito com o pronunciamento do presidente em exercício, Mourão, da colocação do Exército e da Aeronáutica para ajudar nesse reforço. Isso para nós é fundamental”, afirmou Câmara.

Mais cedo, em visita relâmpago ao litoral sul de Pernambuco, o ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles, voltou a dizer que o óleo que atinge o Nordeste é venezuelano e que o governo federal não vai gastar tempo para polemizar ou politizar a questão.

“Nosso trabalho é técnico, nosso trabalho é de dedicação, remoção e identificação do óleo desde o início da crise que afeta todo o Nordeste. Nós não gastamos nem um minuto em polemizar ou politizar esse assunto”, afirmou.

Na segunda (21), o ministro utilizou um vídeo editado para criticar o Greenpeace sobre ausência de voluntários da ONG em ações de limpeza de praias do Nordeste. Ele também já havia discutido em redes sociais com o governador da Bahia, Rui Costa (PT), e com a deputada federal Sâmia Bomfim (PSOL-SP).

Salles desceu de helicóptero na praia de Itapuama, litoral sul do estado. A visita durou aproximadamente dez minutos. “Nós sabemos que o óleo é venezuelano, mas a investigação é no sentido de como esse óleo chegou na costa brasileira”, declarou.

O ministro participou de uma reunião na Capitania dos Portos, no centro da cidade, que durou dez minutos.

As manchas de óleo voltaram com força a Pernambuco e a Alagoas desde a última quarta-feira (16). Na quinta-feira (17), o governo de Pernambuco conseguiu capturar uma tonelada de óleo, em São José da Coroa Grande, litoral sul do estado, antes que ele chegasse à areia da praia.

Na sexta-feira (18), a praia de Carneiros amanheceu coberta por óleo. No fim de semana, a mancha avançou ainda mais, e as praias de Serrambi, Toquinho, Pontal de Maracaípe, Cupe, Muro Alto, em Ipojuca, e Itapuama e Suape, no Cabo de Santo Agostinho, acabaram afetadas pelo petróleo.

A preocupação agora é de que o material chegue à praia de Boa Viagem, no Recife. A prefeitura está mobilizada e planeja uma grande operação para retirada do material.

Até o momento, foram contaminados 2.250 km da costa litorânea nordestina.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 23/10/2019

Seção: Especial

Autor: João Pedro Pitombo

Título: Óleo chega a praias de Morro de São Paulo, na Bahia

Salvador - Interditadas desde a madrugada desta terça-feira (22) após a chegada de grandes manchas de óleo, as praias Morro de São Paulo, Garapué e Boipeba, no município de Cairu (a 176 km de Salvador) foram liberadas ao público durante a tarde.

Por volta das 2h, quando as manchas começaram a chegar na costa, servidores da prefeitura de Cairu e voluntários iniciaram o trabalho de recolhimento do óleo nas quatro praias atingidas: Segunda e Terceira praias (Morro de São Paulo), Cueira (Boipeba) e Ponta do Quadro (Garapué).

Ao todo, 1,5 tonelada de óleo foi recolhida nas quatro praias até as 13h, quando o acesso foi liberado aos turistas.

Mesmo com a permissão de acesso à faixa de areia, a prefeitura de Cairu afirma ainda não ser possível assegurar a balneabilidade das quatro praias. Análises da qualidade da água serão feitas pelo Inema, órgão ambiental do governo da Bahia.

Arquipélago formado por 26 ilhas, Cairu é considerado sensível do ponto de vista ambiental por abrigar a Área de Proteção Ambiental das Ilhas de Tinharé e Boipeba.

Com forte apelo turístico, Morro de São Paulo é o terceiro destino mais procurado da Bahia, perdendo apenas para Salvador e Porto Seguro. Com cerca de 10 mil habitantes, a vila chega a receber 400 mil turistas entre novembro e março.

Em nota, a prefeitura de Cairu informou que seguiu estratégias do plano de emergência ambiental, obedecendo às recomendações do Ibama (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis).

Os materiais necessários para limpeza e os equipamentos de proteção dos envolvidos no processo também foram adquiridos antecipadamente e foram distribuídos a servidores e voluntários, informou a prefeitura.

Este é o primeiro registro de óleo em maior quantidade em praias ao sul de Salvador. No fim de semana, as manchas foram identificadas em Itacaré e Ilhéus, no sul da Bahia, mas em quantidades menores.

Equipes do Grupo de Avaliação e Acompanhamento, formado por Marinha do Brasil, além de órgãos ambientais federais e estaduais, chegam ao município de Cairu nesta terça para mensurar os danos.

Nas últimas duas semanas, o óleo voltou a chegar às praias com mais força na Bahia, Sergipe, Alagoas e Pernambuco. Em Pernambuco, a praia de Carneiros amanheceu coberta de óleo na sexta (18). Porto de Galinhas foi atingida pelas manchas no sábado (19).

Na quinta (17), o material chegou à praia e à área de proteção ambiental de Maragogi, no litoral norte de Alagoas.

Pescadores ocupam a sede baiana do Ibama, em Salvador

Um grupo de cerca de 300 pescadores ocuparam a sede do Ibama na Bahia, em Salvador, na manhã desta terça (22). Os manifestantes, que incluem pescadores e marisqueiros, criticam a atuação do governo federal na contenção do óleo que tem chegado a praias do litoral dos nove estados nordestinos desde 30 de agosto.

“É uma situação gravíssima e o que vemos é um completo descaso. O governo federal tem atuado somente de maneira paliativa no combate ao óleo, fazendo a limpeza das praias”, afirma Maria José Pacheco, do Conselho Pastoral dos Pescadores.

Ela ainda destaca que a chegada o óleo tem limitado a atuação dos pescadores, já que a orientação é não pescar ou catar mariscos nas áreas atingidas pelo óleo.

Reportagem da Folha publicada no domingo (20) aponta que nas 77 cidades atingidas até então pelo óleo, nos nove estados do Nordeste, há 144 mil pescadores e marisqueiros, segundo cadastro do Ministério da Agricultura, que podem ter o trabalho afetado pelo desastre ambiental.

O grupo divulgou uma carta aberta, assinada por 37 entidades, organizações não governamentais e grupos de pesquisa de universidades, em que critica a falta de informações sobre a origem do óleo e ações para combatê-lo.

Até o momento, 201 locais já foram atingidos pelas manchas de óleo.

VEÍCULO: O Globo

Data: 23/10/2019

Seção: Sociedade

Autor: VINICIUS SASSINE

Título: Marinha divide investigação para achar culpados

Força opera em três frentes: apuração do tráfego de navios, estudo do movimento das correntes marítimas e análise química do óleo; ‘Encontraremos o responsável nem que demore 200 anos, promete comandante

Para tentar descobrir a origem do petróleo que contamina o Nordeste brasileiro há quase dois meses, a Marinha realiza uma investigação em três frentes: analisando o tráfego de navios na altura da costa brasileira; o movimento das correntes marítimas; e os aspectos químicos do óleo encontrado nas praias, para tentar precisar o tempo de permanência desse material na água.

Em resposta a uma ação coordenada do Ministério Público Federal (MPF), que cobrou o imediato acionamento do Plano Nacional de Contingência em caso de tragédias como a que está em curso, o Ministério do Meio Ambiente (MMA) informou à Justiça Federal em Sergipe que o plano já foi acionado, e que a Marinha foi designada para chefiá-lo. A Justiça concordou com o argumento do MMA e avaliou que o plano de contingência está em andamento.

Fontes do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) confirmaram ao GLOBO que o plano foi, de fato, acionado. Duas decisões da Justiça Federal, em Pernambuco e em Alagoas, obrigam o governo federal a tomar providências para minimizar os danos ambientais da contaminação por petróleo, como a proteção de corais e manguezais.

Além da Marinha, Polícia Federal (PF) e universidades federais também investigam de onde vem o óleo.

A Marinha já fez, há duas semanas, um afunilamento dos principais navios sobre os quais existe algum indício de ser a fonte emissora do petróleo. O universo atual levado em conta está restrito a 30 embarcações, de dez países diferentes. Todos os países já foram contactados.

Os militares buscam elementos como relatos recentes de avarias nos navios, trocas de petróleo em alto-mar e se algum porto foi comunicado sobre problemas nas embarcações. No entanto, o comandante da Marinha, Ilques Barbosa Junior, afirmou que “o mais provável” é que tenha sido um navio irregular, os chamados “dark ships”.

— Ou foi um “dark ship” ou foi um navio que teve um incidente e infelizmente não progrediu a informação como deveria — afirmou, — Encontraremos o responsável nem que demore 200 anos.

O que se sabe, até agora, é que o petróleo encontrado tem o DNA venezuelano. Isto, porém, não aponta culpa de autoridades ou empresas da Venezuela. Para precisar a procedência do óleo, buscam-se elementos que permitam dizer, por exemplo, quanto tempo o produto ficou na água.

O ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles, afirmou que “esse é o momento de trabalhar, recolher o óleo e dar o destino necessário e, lá na frente, também aprofundar as causas desse acidente”.

Ontem, o óleo chegou a mais uma localidade: a Prefeitura de Cairu, no Sul da Bahia, confirmou que as manchas atingiram praias do Morro de São Paulo, um dos principais pontos turísticos do estado, de Boipeba e de Garapuá.

MONITORAMENTO

O presidente do Ibama, Eduardo Bim, afirmou que não é possível saber se a chegada do óleo vai cessar ou aumentar nos próximos dias.

— A origem dessa fonte de óleo é fundamental para o trabalho de emergência, porque a gente não sabe se está ascendente ou descendente.

O ministro da Saúde, Luiz Henrique Mandetta, afirmou que a pasta fará um monitoramento de longo prazo dos impactos do derramamento de óleo na população que vive no litoral do Nordeste, assim como fará com a população de Brumadinho, cidade afetada pelo rompimento da barragem do Córrego do Feijão, que liberou uma grande quantidade de rejeitos de minérios.

— Vamos monitorar a região de Brumadinho provavelmente por 20 anos, e essas pessoas (do Nordeste) da mesma forma — explicou Mandetta.

(Colaboraram Gabriel Shinohara e Johanns Eller; com G1)

VEÍCULO: Correio Braziliense

Data: 23/10/2019

Seção: Economia

Autor:

Título: Preço do gás pode subir até 5,3%

O brasileiro vai pagar mais caro no gás de cozinha (GLP). A Petrobras divulgou ontem novo regime de preços nas refinarias que pode aumentar até 5,3% o valor do produto. O valor pago na capital federal, segundo levantamento da Agência Nacional do Petróleo (ANP), de 19 de outubro, está entre R\$ 60, no Recanto das Emas, e R\$ 95, no Lago Sul, e pode chegar a mais de R\$ 100 em alguns pontos.

A nova tabela já está em vigor nas refinarias, mas o revendedor tem autonomia para decidir quando começar a praticar. De acordo com a Petrobras, o preço para o produto residencial variará entre 4,8% e 5,3%, já para o gás empresarial será entre 2,9% e 3,2%. O Correio entrou em contato com alguns estabelecimentos e foi informado de que os novos preços ainda não estão sendo repassados.

Segundo o professor de economia da Universidade de Brasília (UnB) Newton Marques, o aumento vai impactar diretamente nas pessoas com renda mais baixa. “Para uma pessoa que ganha dois salários mínimos, representa um gasto substancial, pois essas pessoas, geralmente, levam marmitta de casa. Quem ganha 10 salários mínimos, entretanto, não vai nem sentir”, afirmou. Marques chama a atenção para o efeito cascata, pois os restaurantes devem repassar o aumento do custo aos consumidores. “Pode não ser o mesmo impacto de dentro de casa, mas vai acontecer”, disse.

O gari José Carlos Oliveira, 45 anos, morador do Pedregal, afirma que não é uma notícia muito agradável. Para ele, esse aumento vai impactar muito as contas de casa, mesmo que o gás não seja consumido todos os meses, sempre acaba em

momentos ruins. “A gente tenta economizar ao máximo e vem essa bomba. Tudo está mais caro, nem carro a gente pode usar direito, muito menos fazer um pé de meia. Gás é uma coisa que acaba sem avisar e você precisa ter dinheiro para repor”, avaliou.

Vendedor de espetinho no Centro de Taguatinga, Gilmar Alves, 35, morador da Samambaia, afirma que o custo de gás é muito grande e, aumentando o preço, fica muito complicado manter o funcionamento. “Aumenta o gás aumenta tudo. A gente é obrigado a aumentar o preço também. Pesa no bolso da gente e no bolso do cliente, que acaba não comprando mais”, lamentou. (CN)

VEÍCULO: Correio Braziliense

Data: 23/10/2019

Seção: Negócios

Autor: Paula Pacheco

Título: Combustíveis sustentáveis na fila de embarque

São Paulo — A aviação vem buscando acelerar os investimentos em soluções que aumentem a segurança, reduzam custos, melhorem a experiência do passageiro e poluam menos. Essas apostas podem passar por muitos aportes em novas tecnologias ou por soluções bem mais simples, como a busca de um fornecedor que possa entregar alimentos mais frescos para as refeições oferecidas a bordo.

Nesta semana, em Las Vegas (Estados Unidos), ocorre a feira de aviação executiva NBAA-BACE 2019 (sigla para Convenção e Exposição de Aviação Executiva, promovida pela Associação Nacional de Aviação Executiva), apontada como o maior evento para esse segmento no mundo. Os visitantes — tanto aqueles com alto poder aquisitivo quanto empresas que precisam dos jatos para o deslocamento de seus executivos — não estão em busca apenas de aeronaves que ofereçam confortáveis poltronas de couro ou outros acabamentos de luxo. Neste ano, uma outra preocupação ganhou força: a questão ambiental.

Representantes da NBAA e da Associação Geral de Fabricantes de Aviação (Gama) anunciaram ontem que vão promover, no início de 2020, em Washington (EUA), encontro com o objetivo de acelerar a disponibilidade e o uso de SAFs (sigla em inglês para combustíveis sustentáveis de aviação).

Batizado de Cúpula Global de Sustentabilidade da Aviação Executiva, o evento está programado para março do ano que vem. “A aviação executiva faz da sustentabilidade uma prioridade, e fizemos progressos tangíveis”, declarou, por meio de nota, o presidente e CEO da NBAA, Ed Bolen. “Na última década, redobramos nosso compromisso de reduzir a já pequena pegada de carbono do

setor, e a chave disso tem sido o desenvolvimento e o uso de combustíveis sustentáveis. Esta cúpula marca o próximo passo para se concentrar em como acelerar a adoção e o uso de combustíveis."

Para Pete Bunce, presidente e CEO da Gama, a cúpula servirá como oportunidade de reunir as partes interessadas para identificar formas de aumentar o uso dos SAFs.

Desafios ambientais

Presidente da Associação Europeia de Aviação Comercial (EBAA, na sigla em inglês), Juergen Wiese acredita que os combustíveis de origem sustentável vão ganhar espaço. "O SAF é a principal solução para nossos desafios ambientais. Junto com outros meios de redução de emissões, o uso de combustíveis será essencial para atender às metas ambientais de nossa indústria."

Esse movimento para reduzir a pegada de carbono do setor tem atraído diferentes entidades. O Conselho Internacional de Aviação Comercial (Ibaca, na sigla em inglês) também faz parte das discussões. Segundo seu diretor-geral, Kurt Edwards, a aviação executiva alcançará sua meta global de redução de emissões de carbono a longo prazo, por meio de um modelo de atuação que vai englobar tecnologia, melhorias operacionais e uma medida global baseada no mercado.

"O combustível da aviação sustentável estará entre as tecnologias mais críticas para nos ajudar a atingir a meta. A tecnologia está comprovada. Agora, é a hora de governos e indústria aumentarem significativamente os esforços para incentivar a produção e o uso do SAF", declarou Edwards, durante a divulgação da cúpula de 2020. "Continuamos a instar os governos de todos os níveis a implementar políticas de incentivo positivo, para facilitar uma maior produção de combustíveis sustentáveis para a aviação."

Embraer

A brasileira Embraer tem condições de se posicionar bem nessa nova tendência para o setor de aviões executivos. A empresa foi a primeira a produzir um modelo de pequeno porte, voltado à agricultura, movido a etanol, batizado de Ipanema. Em agosto, a fabricante divulgou as imagens do protótipo de uma aeronave com tecnologia de propulsão 100% elétrica, baseada no EMB-203 Ipanema. A expectativa é de que o avião, desenvolvido em parceria com a catarinense Weg, faça um voo de demonstração no próximo ano.

Nesse mercado, já há aeronaves que utilizam, por exemplo, óleo de cozinha em seus tanques. Cinco jatos da Gulfstream (GD.N) expostos em Las Vegas estão usando combustível produzido na Califórnia, a partir de gordura não comestível.

Os mais recentes combustíveis à base desses resíduos incluem gorduras, graxas e óleos, que são subprodutos da indústria de alimentos. Uma das empresas produtoras de biocombustível é a americana World Energy, de Boston, que fornece o combustível a partir de resíduos de carne, usado pela Gulfstream.

Além disso, a Gulfstream Aerospace anunciou, no último domingo, que os modelos Gulfstream G650ER, Gulfstream G600, Gulfstream G500, Gulfstream G550 e Gulfstream G280 fizeram os primeiros voos neutros em emissão de carbono da fabricante. O voo foi entre Savannah e o Henderson Executive Airport, perto de Las Vegas, para a participação na NBAA-BACE. Os cinco voos foram feitos usando uma combinação de combustível de aviação sustentável (SAF) e compensações de carbono.

Vilões

Os jatos particulares não são os vilões quando o assunto é poluição — ao menos aparentemente. Eles representam menos de 0,1% do total anual de emissões de carbono em todo o mundo. No entanto, essas aeronaves podem emitir, em média, até 20 vezes mais emissões de carbono por passageiro-milha do que os aviões a jato, segundo a consultoria Fly Victor, de Londres.

Para as operadoras de jatos executivos, como as companhias aéreas, não se trata apenas de um desejo de ter uma atividade menos poluente, mas a necessidade de cumprir um compromisso feito pelo setor aéreo como um todo, de reduzir pela metade as emissões de carbono até 2050, em comparação com 2005.

Para os ambientalistas e mesmo alguns analistas, ainda há muita desconfiança sobre a evolução do uso dos SAFs. O que serve hoje para o abastecimento das aeronaves, na maioria dos casos, é uma mistura 50-50 com querosene. Há quem garanta que a oferta de SAFs ainda é muito pequena para atender a uma demanda com potencial de crescimento.

MME / ASCOM .